



I - DA1: O envio se encontra livre de *Theba pisana* e *Drepanothrips reuteri*;

II - DA1: O envio se encontra livre de *Ceroplastes rusci* e *Icerya seychellarum*; ou DA2: O envio foi tratado com (especificar produto, dose ou concentração, temperatura, tempo de exposição), para o controle de *Ceroplastes rusci* e *Icerya seychellarum*, sob supervisão oficial;

III - DA1: O envio se encontra livre de *Coniella diplodiella*; ou DA5: O cultivo foi submetido à inspeção oficial durante o período de desenvolvimento dos frutos até sua colheita e não foi detectada a praga *Coniella diplodiella*;

IV - DA1 + DA2: O envio se encontra livre de *Epiphyas postvittana*, *Eupoecilla ambiguella*, *Sparganothis pilleriana*, *Lobesia botrana*, *Brevipalpus lewisi*, *Tetranychus turkestan*, *Cenopalpus pulcher*, *Eotetranychus lewisi* e *Oligonychus bicolor* e também foi tratado com (especificar produto, dose ou concentração, temperatura, tempo de exposição), para o controle de *Epiphyas postvittana*, *Eupoecilla ambiguella*, *Sparganothis pilleriana*, *Lobesia botrana*, *Brevipalpus lewisi*, *Tetranychus turkestan*, *Cenopalpus pulcher*, *Eotetranychus lewisi* e *Oligonychus bicolor*, sob supervisão oficial; ou DA7: As uvas foram produzidas em uma área reconhecida pela ONPF do país importador como livre das pragas *Epiphyas postvittana*, *Eupoecilla ambiguella*, *Sparganothis pilleriana*, *Lobesia botrana*, *Brevipalpus lewisi*, *Tetranychus turkestan*, *Cenopalpus pulcher*, *Eotetranychus lewisi* e *Oligonychus bicolor*, de acordo com a NIMF nº4 da FAO; ou DA14: O envio não apresenta risco quarantenário com respeito às pragas *Epiphyas postvittana*, *Eupoecilla ambiguella*, *Sparganothis pilleriana*, *Lobesia botrana*, *Brevipalpus lewisi*, *Tetranychus turkestan*, *Cenopalpus pulcher*, *Eotetranychus lewisi* e *Oligonychus bicolor*, considerando a aplicação do sistema integrado de medidas para diminuição do risco, oficialmente supervisionado e acordado com o país importador.

Parágrafo único. Para o cumprimento da Declaração Adicional DA7, disposta no inciso IV deste artigo, é necessário que a ONPF do Brasil reconheça oficialmente as áreas livres, por meio de publicação no Diário Oficial da União.

Art. 4º As partidas especificadas no art. 2º desta Instrução Normativa serão inspecionadas no ponto de ingresso (Inspeção Fitossanitária - IF), e havendo motivos que justifiquem a coleta de amostras, estas serão coletadas e enviadas para análise fitossanitária em laboratórios oficiais ou credenciados.

Parágrafo único. Ocorrendo a coleta de amostras, os custos de envio e análises serão suportados pelo interessado, que ficará depositário do restante da partida até a conclusão dos exames e emissão dos respectivos laudos de liberação.

Art. 5ª Ocorrendo a interceptação de pragas regulamentadas, a partida será destruída ou rechaçada, e a ONPF do país de origem deverá ser notificada, podendo a ONPF do Brasil suspender as importações de uva até a revisão da Análise de Risco de Pragas.

Art. 6ª O produto não será internalizado quando descumprir as exigências estabelecidas nesta Instrução Normativa.

Art. 7ª A ONPF de Portugal deverá comunicar à ONPF do Brasil qualquer ocorrência de nova praga naquele território.

Art. 8ª Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

DÉCIO COUTINHO

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL NO ESTADO DE MINAS GERAIS

RETIFICAÇÃO

Na Portaria nº 04, de 05 de outubro de 2015, publicada no DOU nº 192, Seção 1, de 07 de outubro de 2015, onde se lê: "Processo nº 21028.000358/2010-84", leia-se: "Processo nº 21028.004257/2015-97".

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL NO ESTADO DO PARANÁ

PORTARIAS DE 2 DE OUTUBRO DE 2015

O SUPERINTENDENTE FEDERAL DA AGRICULTURA NO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições previstas no Artigo 44, do Regimento Interno das SFA, aprovado através da Portaria Ministerial nº 428, de 09 de junho de 2010, publicada no DOU de 14 de junho de 2010, Portaria Ministerial nº 1508, de 16 de setembro de 2015, publicada no DOU nº 180, de 21 de setembro de 2015, e para fins de aplicação do disposto no Decreto-Lei nº 818, de 05 de setembro de 1969 e Instrução Normativa nº 22 de 20 de junho de 2013, resolve:

Nº 556 - HABILITAR o Médico Veterinário RICARDO CLEMENTE, CRMV-PR Nº 12726, para fornecer GUIA DE TRÂNSITO ANIMAL da espécie AVES no Estado do Paraná (processo nº 21034.003726/2015).

Nº 557 - HABILITAR o Médico Veterinário MARCEL BARBOSA FALLEIROS, CRMV-PR Nº 08570, para fornecer GUIA DE TRÂNSITO ANIMAL da espécie AVES no Estado do Paraná (processo nº 21034.003725/2015).

Nº 558 - HABILITAR o Médico Veterinário DHONATAN JUNIOR BALDO, CRMV-PR Nº 12802 para fornecer GUIA DE TRÂNSITO ANIMAL das espécies EQUINA, ASININA e MUAR no Estado do Paraná (processo nº 21034.003724/2015).

Nº 559 - CANCELAR A HABILITAÇÃO para fornecer GUIA DE TRÂNSITO ANIMAL no Estado do Paraná, de acordo com o item VII da Instrução Normativa nº 22 de 20/06/2013, do Médico Veterinário DIÓGINI ALBANO GOMES, CRMV-PR nº 06351, tornando sem efeito a Portaria de Habilitação nº 261 de 14/04/2009 (processo nº 21034.003727/2015).

Nº 560 - CANCELAR A HABILITAÇÃO para fornecer GUIA DE TRÂNSITO ANIMAL no Estado do Paraná, de acordo com o item VII da Instrução Normativa nº 22 de 20/06/2013, do Médico Veterinário RODOLFO ANDRÉ RAZENTE, CRMV-PR nº 11316, tornando sem efeito a Portaria de Habilitação nº 314 de 13/06/2013 (processo nº 21034.002194/2013).

DANIEL GONÇALVES FILHO

Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

COMISSÃO TÉCNICA NACIONAL DE BIOSSEGURANÇA

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 4.750/2015

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 186ª Reunião Ordinária ocorrida em 08/10/2015, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo: 01200.03609/2011-16

Requerente: Bayer S. A.

CQB: 05/96

CNPJ: 18.459.628/0001-15

Endereço: Rua Domingos Jorge 1100 - Prédio 9701 - Térreo - 04779-900 - São Paulo/SP

Assunto: Liberação comercial de soja geneticamente modificada denominada FG72.

Decisão: DEFERIDO

A CTNBio, após apreciação do pedido de parecer para liberação comercial de soja geneticamente modificada evento FG 72, concluiu pelo seu DEFERIMENTO nos termos deste parecer técnico.

A Bayer S. A. solicitou para CTNBio parecer sobre a biossegurança da soja geneticamente modificada tolerante a herbicidas à base de glifosato e isoxaflutole, evento FG72, para efeito de sua liberação no meio ambiente, comercialização, consumo e quaisquer outras atividades relacionadas a esse OGM e progênie dele derivadas. A tolerância a estes herbicidas foi conferida pela introdução de dois genes: uma versão modificada do gene epsps de milho (*Zea mays*), que confere tolerância ao herbicida glifosato, e uma versão também modificada do gene hppd da bactéria *Pseudomonas fluorescens* isolado A32, que confere tolerância ao herbicida isoxaflutole (IFT). A sequência codificadora do gene epsps de milho, que codifica a enzima nativa EPSPS (5-enolpiruvato-chiquimato-3-fosfato sintetase), foi isolada do genoma do milho e alterada em duas posições através de mutação sítio dirigida, originando o gene mutado 2mepsps, que codifica a enzima duplo-mutante 2mEPSPS. A presença da enzima 2mEPSPS confere à soja FG72 tolerância ao herbicida glifosato. A sequência codificadora do gene hppd da bactéria *Pseudomonas fluorescens* isolado A32, que codifica a enzima HPPD (p-hidroxifenil-piruvato dioxigenase), também foi alterada em uma posição através de mutação sítio dirigida, dando origem ao gene mutado HPPD, que codifica a enzima HPPD. A presença da enzima HPPD confere à soja FG72 tolerância ao herbicida isoxaflutole. A análise da avaliação de risco do evento ocorreu conforme Art. 3º da RN 5/2008, as informações previamente apresentadas incluíram a caracterização molecular do evento; a avaliação da expressão das proteínas; a análise de composição dos diferentes tecidos vegetais e o resultado de experimentos para avaliações agrônomicas e fenotípicas do evento. A CTNBio avaliou dados quanto a caracterização molecular (PCR e Southern Blot), composição de grãos, expressão das proteínas, tolerância a herbicidas, toxicidade, alergenicidade, carcinogenicidade e não foram encontradas evidências de riscos adicionais à soja convencional quanto os aspectos de saúde humana e animal e para o meio ambiente.

A CTNBio analisou os relatórios apresentados pela requerente bem como literatura científica independente. Estudos científicos realizados para avaliação de biossegurança, características agrônomicas e fenotípicas, como parte da avaliação de risco deste OGM, incluíram de regiões representativas para a cultura da soja no território brasileiro. A CTNBio concluiu que o evento FG72 guarda com a biota relação idêntica à soja convencional. As restrições ao uso deste OGM e seus derivados estão condicionadas ao disposto na Lei 11.460, de 21 de março de 2007.

No âmbito das competências do art. 14 da Lei 11.105/05, a CTNBio considerou que as informações de biossegurança apresentadas atendem às normas e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal. Assim, atendidas as condições descritas no processo e neste parecer técnico, essa atividade não é potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente ou saúde humana.

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo, deverão ser encaminhadas, via Sistema de Informação ao Cidadão - SIC, através da página eletrônica do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

EDIVALDO DOMINGUES VELINI

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 4.751/2015

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 186ª Reunião Ordinária, ocorrida em 08 de outubro de 2015, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processos nº: 01200.003172/2011-11, 01200.000049/2012-11, 01200.000050/2012-45, 01200.001706/2012-47, 01200.002931/2012-09, 01200.001868/2012-85, 01200.002933/2012-90, 01200.002929/2012-21, 01200.001419/2013-18, 01200.001420/2013-42, 01200.001723/2013-65, 01200.000495/2013-14, 01200.005663/2013-50, 01200.001199/2014-11 e 01200.000545/2014-36.

Requerente: Fibria Celulose S.A.

CQB: 261/08

Endereço: Rua Alameda Santos, 1357, 6º andar, 01419-001, São Paulo, SP

Assunto: Alteração de Liberação Planejada no Meio Ambiente

Decisão: DEFERIDO

A CTNBio, após análise do pleito, concluiu pelo deferimento. A requerente solicitou à CTNBio Parecer Técnico para a alteração dos objetivos e para a descrição das amostras que serão coletadas destas Liberações Planejadas no Meio Ambiente (LPMAs). No âmbito das competências do Art. 14 da Lei 11.105/05, a CTNBio considerou que as medidas de biossegurança contidas no processo e neste parecer técnico atendem às normas e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal. A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento. A íntegra deste parecer técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares deverão ser solicitadas por escrito à Secretaria Executiva da CTNBio.

EDIVALDO DOMINGUES VELINI

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 4.752/2015

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 186ª Reunião Ordinária, ocorrida em 08 de outubro de 2015, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo nº: 01200.000034/2006-12

Requerente: ArborGen Tecnologia Florestal Ltda

CQB: 225/06

Endereço: Rua Doutor Emílio Ribas, 174, 13025-140, Campinas, SP

Assunto: Revisão de CQB

Decisão: DEFERIDO

A CTNBio, após análise do pleito, concluiu pelo deferimento. A requerente solicitou à CTNBio Parecer Técnico para alteração do tamanho da área no Certificado de Qualidade em Biossegurança para a Chácara Santo Antônio, localizada em Itapetininga/SP para desenvolver atividades de liberação planejada no meio ambiente, transporte, avaliação de produto, detecção e identificação de OGM, descarte e armazenamento de plantas da classe de risco 1. No âmbito das competências do Art. 14 da Lei 11.105/05, a CTNBio considerou que as medidas de biossegurança contidas no processo e neste parecer técnico atendem às normas e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal. A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento. A íntegra deste parecer técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares deverão ser solicitadas por escrito à Secretaria Executiva da CTNBio.

EDIVALDO DOMINGUES VELINI

DESPACHO DO PRESIDENTE

Em 9 de outubro de 2015

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que ficam cancelados os processos, conforme deliberado na 186ª Reunião Ordinária, ocorrida em 8/10/2015, nº 01200.001303/2014-60, Extrato Prévio 4430/2015, publicado no DOU 74, seção 3, p.13 de 17/04/2014 e nº 01200.000683/2014-15.

EDIVALDO DOMINGUES VELINI